

DOI:10.4025/5cih.pphuem.0113

Educação para o Trabalho Feminino na Contemporaneidade

Maria Cristina Pratis Hernández

Resumo: Neste início de milênio, vivemos um período de transição, com diversas cosmovisões em meio a crises consubstanciadas e de todas as ordens: existenciais, ambientais, intelectuais, políticas, educacionais, econômicas etc. É justamente nos períodos de crise, que se questionam os paradigmas vigentes. Até porque, muitos deles são conflitantes entre si. Portanto esta é a oportunidade de se propor novos paradigmas. Nesse sentido abriu-se uma discussão a respeito dos gêneros humanos, dando mais ênfase ao gênero feminino. Desde os primórdios da humanidade, as mulheres trabalham, senão a própria humanidade não teria sobrevivido. E sempre houve uma divisão sexual do trabalho, só se diferenciando por motivos culturais e históricos. E é o trabalho que constrói a “persona” do indivíduo. Além do mais, mais recentemente, o capitalismo passou pela crise do regime fordista que acarretou a crise do Estado nacional, tudo isso perante a globalização da economia. A saída encontrada para manter o sistema em funcionamento foi a introdução de alguns elementos novos na forma de trabalho, como a terceirização, a flexibilização e a precarização. Nesse sentido, pensar na nova configuração do trabalho é pensar na crise do mundo do trabalho, onde os processos produtivos se desenrolam em territórios diferentes. Onde a flexibilização permite uma inserção maior de trabalhadores, com uma forma de contrato de trabalho diferente da dos anos setenta e oitenta. Uma flexibilização com informática. Temos trabalhadores mais qualificados, como exige o modelo toyotista junto com os mal preparados. A nova informalidade do mundo do trabalho faz parte da cadeia produtiva, atualmente. Essa nova força de trabalho, cada vez mais, se apresenta de forma heterogênea, onde mulheres urbanas qualificadas ou não e gerações diferentes – jovens e idosos - disputam um território de trabalho, que muitas vezes se apresenta vulnerável para a dignidade do indivíduo. Esse tipo de economia fundamenta-se, sobretudo num tempo-espço doméstico onde as relações familiares são determinantes. A despeito de uma nova situação social que começa a se redesenhar, com uma nova cidadania que inclui a educação para o trabalho das mulheres. Tendo em vista que a verdadeira luta das pessoas que estão inseridas, nesse contexto, é por emprego, mesmo que contraditoriamente, temos de um lado, trabalhadores organizados e, por outro lado, os novos informais, que muitas vezes possuem uma renda superior aos trabalhadores formais. Este artigo busca mostrar dentro do segmento da História das Mulheres, a educação para o trabalho como um fenômeno sociológico de caráter legitimador do status quo dos indivíduos.

Palavras-chave: História das mulheres, trabalho, formação profissional

1.História das mulheres

Nas últimas três décadas surgiram inúmeros estudos sobre a condição feminina, de forma, que a História das Mulheres adquiriu expressividade nas universidades e nos centros de investigação. Além de ter conquistado espaços editoriais prestigiados, como é o caso de revistas acadêmicas especializadas. Tanto que nos primeiros anos da década de 1990, existiam programas de estudos, centros de investigação e publicações sobre as mulheres em mais de uma centena de países.

Contudo, a institucionalização acadêmica desta nova área de investigação tem seguido vias e ritmos diferenciados nos diferentes países. No caso do Brasil, já existem teses de doutorado com temáticas relevantes para o estudo das mulheres. Muitos deles tratam do papel das mulheres na educação, ao longo da história, pois não é possível dissociar a presença feminina dos contextos familiares e comunitários de socialização das crianças, em geral, e de construção da feminilidade, em particular.

É vasta a produção historiográfica internacional sobre gênero e educação, como campo específico de investigação. Além disso, muitos estudos recentes têm integrado, de forma notável, as perspectivas e práticas interdisciplinares, com abordagens sociológicas, econômicas e filosóficas. Dentre esses trabalhos podemos citar: *A terceira via e seus críticos* de Anthony Giddens, onde o autor coloca que a educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida. Ricardo Antunes, em *Os sentidos do trabalho* faz um ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho, de, nele o autor chama atenção para o fato que a participação feminina no mundo do trabalho faz parte de uma nova subjetividade, ao mesmo tempo, que está inserida dentro do novo modelo econômico capitalista. E em *A feminização do mundo do trabalho* Cláudia Mazzei Nogueira situa o seu pensamento entre a emancipação e a precarização do trabalho. Para a autora, o processo de feminização do trabalho é contraditório, ao mesmo tempo é marcado pela positividade do ingresso da mulher no universo do trabalho externo, ele se apresenta de forma negativa, devido a precarização.

Inclusive no Brasil, já existe um resultado específico de uma política pública voltada para as mulheres. Trata-se do *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Da Presidência da República.

1.1. O mundo em transformação

As várias mudanças ocorridas, atualmente, no mundo possibilitaram o surgimento do que se denominou de sociedade em rede ou sociedade informacional. Quando empresas e governos estabeleceram várias medidas e políticas que, em conjunto, levaram a uma nova forma de capitalismo, o neoliberalismo. Com uma economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. Evidentemente, é um tipo de capitalismo diferente daquele formado ao longo da História. É uma forma de capitalismo com objetivos mais firmes, porém com meios incomparavelmente mais flexíveis que qualquer um de seus predecessores. É o chamado capitalismo informacional, que possui características bem distintas das características das fases anteriores.

Primeiro, porque possui uma produtividade promovida pela inovação e a competitividade voltada para a globalização, com objetivo de gerar riqueza e apropriá-la de forma seletiva. Segundo, ele está inserido na cultura e equipado pela tecnologia. Contudo, tanto a cultura como a tecnologia dependem da capacidade de conhecimentos e informação agir sobre uma rede recorrente de intercâmbios conectados, em âmbito global.

A economia informacional/global é capitalista; sem dúvida, mais capitalista que qualquer outra economia na história. Mas o capital está tão mudado quanto o trabalho nessa nova economia. E a característica fundamental do novo capitalismo informacional são os “mercados financeiros globais” possibilitados pela capacidade tecnológica e informacional de fazer análises contínuas, por todo o planeta em busca de oportunidades de investimento, e de mudar de uma opção para outra em questão de segundos. De maneira que o capital esteja sempre em movimento.

Os mercados financeiros globais são o verdadeiro capitalista coletivo e, as suas redes de gerenciamento, é a mãe de todas as acumulações. No entanto, essa forma de gerenciar a economia, cria uma espiral descendente de exclusão social, uma espécie de “buraco negro do capitalismo informacional”. Onde esse processo de exclusão não apenas, afeta aqueles que estão em “verdadeira situação de desvantagem”, mas também os indivíduos e as categorias sociais que construíram a vida com base na luta constante para não cair em um submundo estigmatizado de mão-de-obra desvalorizada e de pessoas socialmente incapazes.

1.1.1.As mudanças econômicas e o seu reflexo no mundo feminino

A despeito de todas as mudanças econômicas que o mundo está passando, Arendt (2006, p.80) nos chama atenção para o fato que “A emancipação da classe operária e das mulheres, quer dizer, de duas categorias que em toda a história pré-moderna foram submetidas à força, indica, da maneira mais clara, o ponto culminante desse desenvolvimento.” Na sociedade moderna o trabalhador é forçado pela necessidade imediata inerente à própria vida. E a vida da sociedade é dominada não pela liberdade, mas sim pela necessidade, com a presença do homo laborans, isto, o ser humano passou a viver para o trabalho. E este, sobretudo está focado no atendimento das necessidades básicas.

Portanto, a nossa vida passou a ser pautada no chamado derretimento dos sólidos, que sedimentou uma nova ordem baseada em termos econômicos, mas esta nova ordem das coisas como um todo não está aberta a opções; ao contrário,

sentimo-nos livres na medida em que a imaginação não vai mais longe que o nossos desejos e que nem uma nem os outros ultrapassam nossa capacidade de agir. O equilíbrio pode, portanto, ser alcançado e mantido de duas maneiras diferentes: ou reduzindo os desejos e/ou a imaginação, ou ampliando nossa capacidade de ação. Uma vez alcançada o equilíbrio, e enquanto ele se mantiver, "libertação" é um slogan sem sentido, pois falta-lhe força motivacional. (BAUMAN, 2001, p.24).

Paralelo a essas mudanças econômicas, outra mudança de importância vital para a humanidade está ocorrendo, como a denominada crise do androcentrismo, que junto com a crise ambiental, tem causado um reflexo direto na economia mundial. Além de ser uma das causas da profunda redefinição da família, das relações de gênero e da sexualidade. Tanto por motivos estruturais (ligados à economia informacional) como em razão do impacto dos movimentos sociais (feminismo, lutas femininas e liberação sexual), as lutas das mulheres sejam ou não reconhecidamente feministas, estão se espalhando por todo o mundo e enfraquecendo a ordem patriarcal na família, com reflexo na economia e nas instituições sociais.

Dentro desse capitalismo de organização e sociedade de massa que existe em nossa época, a tecnologia acabou controlando as formas sociais e normas culturais, nas sociedades globalizadas. Ao mesmo tempo, que na busca desenfreada do lucro, a ciência passou a preceder a técnica e o trabalho científico foi praticamente colocado a serviço da produção. E como a ciência é uma atividade humana e, agora mais do que nunca, entra no mundo do trabalho.

E o principal sentido da ciência é dar sentido a vida. E nesse caso, a mulher sempre se envolveu com a ciência, com atividades desempenhadas amadoramente, desde a maternidade,

o cuidado com a família, com a agricultura. Mas só recentemente, as mulheres passaram a se envolver com a ciência “profissional”. Mesmo assim, as mulheres mais qualificadas têm o seu acesso profissional, ainda, mais limitado. Até pelo fato de que a questão de “emprego” já é difícil para ambos os sexos.

Para isso é necessário que a abrangência de conteúdo científico e profissional na formação do trabalhador(a), seja capaz de desenvolver habilidades de pesquisa, de experimentação e utilização de ferramentas criadas pelas inovações tecnológicas, ao mesmo tempo, que garanta a compreensão da existência social do trabalhador. Como tal a educação venha a responder, não mais, no sentido da afirmação da dualidade ensino profissional ou ensino geral, mas sim, que haja uma educação integrada que garanta ao trabalhador domínio intelectual e tecnológico do mundo em que vive.

O contraditório, é que com a automação, não tivemos a liberação dos trabalhadores das tarefas fatigosas e repetitivas. Pois, o objetivo principal foi substituir uma parte dos operários por máquinas mais complexas e mais eficazes e, portanto, reduzir a quantidade de trabalho para uma mesma produção. Ao mesmo tempo, que despreza a capacidade de inteligência, porque esses trabalhadores estão sujeitos a regulamentos e controles automatizados. E as máquinas acabam virando recursos para produzir mais valia.

1.2.Gestão do conhecimento

Se considerarmos que a gestão do conhecimento não se faz de forma homogênea na sociedade inclusiva. E nem tampouco, só nas instituições de ensino. A despeito de haver redes de cooperação, uma política de inovação e/ou co-inovação por parte de parceiros (Universidade, Empresas e Governos).

Ainda assim, o que os dados estatísticos têm demonstrado que o Brasil possui alta taxa de desemprego entre mulheres que concluíram o ensino médio, maior do que as que não possuem o mínimo de capital cultural. Esse desequilíbrio ignora que o crescimento econômico acaba produzindo um subdesenvolvimento moral e psíquico num segmento social que reflete, inclusive, nos aspectos econômicos regionais e/ou nacional. É indiscutível as mudanças no modo de vida das sociedades contemporâneas. Não só na economia mundial, mas também nas relações de gênero. E esse fenômeno social, deve ser entendido como um processo de reengenharia e não como uma mera mudança social.

No entanto, estamos em plena era do conhecimento, quando as organizações buscam soluções para diversos desafios dentro desse novo contexto. São vários os temas desafiadores. Um dos temas mais desafiadores e que suscita discussões, é o da Gestão do Conhecimento.

1.3.A formação profissional dentro das inovações tecnológicas

A formação profissional está sendo entendida como uma resposta à crise do trabalho há uma intensificação do controle sobre o sistema de produção, característica do *taylorismo-fordismo*, o saber do trabalhador foi apropriado pela máquina, faz dele um estranho no processo produtivo. Para isso, é necessário que a abrangência de conteúdo científico e profissional na formação do trabalhador, seja capaz de desenvolver habilidades de pesquisa, de experimentação e utilização de ferramentas criadas pelas inovações tecnológicas, ao mesmo tempo, que garanta a compreensão da existência social do trabalhador.

O contraditório, é que com a automação, não tivemos a liberação dos trabalhadores das tarefas fatigosas e repetitivas. Pois, o objetivo principal foi substituir uma parte dos operários por máquinas mais complexas e mais eficazes e, portanto, reduzir a quantidade de trabalho para uma mesma produção. Ao mesmo tempo, que despreza a capacidade de inteligência, porque esses trabalhadores estão sujeitos a regulamentos e controles automatizados. E as máquinas acabam virando recursos para produzir mais valia.

2.Participação das mulheres no plano político

Sem dúvida, nas últimas décadas a participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado, bem como sua participação nos movimentos sociais, nas lutas de classe e movimentos sindicais em busca de melhores condições de trabalho e de direitos. No entanto, a incorporação do trabalho produtivo da mulher não se dá de forma indiferenciada com relação aos homens, ela ainda se insere de forma subordinada no mercado de trabalho e mantém suas “obrigações” com o trabalho reprodutivo, resultando numa dupla exploração do trabalho feminino.

Haja vista, que no discurso oficial há o reconhecimento dessa situação, inclusive nos documentos produzidos pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), que se referem a categoria “gênero” colocam as relações de classe, gênero, etnia e raça como uma distribuição desigual de poder. Mas de maneira paternalista advogam que através de políticas afirmativas e compensatórias, será possível alterar a situação das mulheres no sentido de promoção da igualdade de gênero.

Como de costume, coloca-se a educação formal como remédio para as mazelas sociais. Para isso precisaria redefinir a Educação, de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida. No entanto, os cursos tiveram um papel efetivo na elaboração de seus discursos adesistas com relação ao empreendedorismo e a vinculação que se estabelece entre o Estado e as forças produtivas. Apesar de vivermos num mundo em que as transformações sociais estão mais aceleradas do que outrora, no entanto, a adequação às novas mudanças, ainda trazem em seu bojo resquício do modelo dominante. No caso do trabalho, percebemos a visão de mundo capitalista e androcêntrica.

2.1. Formação profissional popular feminina

De maneira geral, o projeto neoliberal de educação aponta que sua efetivação consiste na submissão técnica e ético-político da classe trabalhadora aos objetivos da burguesia brasileira, tendo como principais metas a difusão e sedimentação da cultura empresarial, a educação da classe trabalhadora com vistas a naturalizar o desemprego, a flexibilização das relações de trabalho, a perda de direitos históricos e a recorrência à competição, individualismo e passividade política como estratégias de sobrevivência social. Em seu conjunto, essas transformações têm implicado na intensificação da exploração da força de trabalho, no desemprego estrutural, no crescimento de uma desproletarização, na precarização do trabalho, no aumento do trabalho feminino. Enfim, bem distante da concepção de educação integral que busca o desenvolvimento humano em todas as suas potencialidades, articulando ciência e cultura, humanismo e tecnologia.

A educação da classe trabalhadora brasileira, sobretudo para a qualificação profissional de mulheres apresenta com fundamento filosófico, uma maior autonomia no mundo do trabalho e igualdade de gênero. Porém, o PNQ tem como meta a “qualificação social e profissional de trabalhadores”, cujos seus principais objetivos são os seguintes: 1º) a formação integral dos trabalhadores; 2º) o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda; 3º) a elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a educação de jovens e adultos; 4º) a inclusão social, redução da pobreza, combate a discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações; 5º) a elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

Segundo Frigotto (2005, p. 36), o objetivo profissionalizante não tem fim em si mesmo, nem se pauta pelos interesses do mercado. Ao contrário desta opinião, o PNQ demonstra uma tendência a privatização, a desregulamentação e a descentralização, seguindo o modelo teórico do Estado Neoliberal. E no que concerne às mulheres, a formação profissional ocorre na oferta de cursos voltados para atividades mal remuneradas e que exigem baixa qualificação, explicitando a perspectiva de naturalização da pobreza.

2.2. A mulher trabalhadora

A formação da mulher trabalhadora não repercutiu na sua situação de trabalho, e não alterou sua situação concreta de vida, nesse sentido a gestão estratégica do conhecimento leva em consideração a relação gênero-classe social? São questões que inquietam pensadores de várias partes do mundo. E procurar responder a essas indagações tem se apresentado como um imperativo categórico, na atualidade. Paralelo isso, o conjunto de serviços exigidos pelas novas formas de organização social do trabalho e do mercado consumidor de produtos com estética tida como feminina, acrescido do aumento do número de mulheres provedoras de famílias fez com que muitas delas se inserissem, massivamente, em inúmeros ramos da economia informal. E esta, quer gerando novas atividades quer integrando outras mais tradicionais perdurou como elemento constitutivo do próprio sistema capitalista.

No Brasil ocorre o mesmo fenômeno, onde o trabalho das mulheres se concentra em atividades econômicas menos organizadas, com contratos informais, menor presença sindical e mais expostas ao desemprego. Além disso, com a intensa terceirização da economia brasileira a partir da década de 1990 favoreceu a inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente, na prestação de serviços que sua ocupação predomina, sendo o serviço doméstico remunerado onde há maior alocação, em torno de 19% das trabalhadoras brasileiras.

Na opinião de Antunes (1999) as várias conquistas femininas fazem parte do processo de emancipação *parcial* das mulheres, tanto em relação à sociedade de classes quanto às inúmeras formas de opressão masculina, que se fundamentam na tradicional divisão social e sexual do trabalho formação da mulher trabalhadora não repercutiram na sua situação de trabalho, e não alteraram sua situação concreta de vida, elas não conseguiram obter um emprego, não foram encaminhadas para alternativas de elevação de escolaridade e não tiveram nenhum tipo de apoio para o empreendimento individual.

Pois, as políticas compensatórias de renda se articulam com os processos de flexibilização e precarização do trabalho, transformando os cidadãos portadores de direitos em consumidores tutelados, negando os direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores – inclusive o direito ao emprego – e as políticas sociais universais

Considerações finais

Em suma, a reestruturação do trabalho está fundada no paradigma de base material, em que a informática, a eletrônica, a biotecnologia, os sistemas integrados de telecomunicações e até mesmo, a nanotecnologia deveriam dispensar a mão-de-obra humana, mas isso não acaba ocorrendo. E essas inovações tecnológicas provocaram mudanças substanciais na vida cotidiana da sociedade refletindo na maior inserção das mulheres e de sua trajetória no mundo globalizado. No entanto, as relações de poder entre sexos, todavia continua existindo, apesar da luta pela emancipação feminina.

Podemos dar como exemplo um caso recente, no final de agosto deste ano, saiu o relatório *Olhares sobre a Educação 2010*, que trata do nível de formação educacional da OCDE. Foi analisada a situação do ensino em 38 países. De acordo com o economista Etienne

Albiser, da divisão de indicadores e análises sobre educação dessa organização, o índice de desemprego entre os que não concluíram o ensino médio é menor do que entre os que concluíram, no Brasil. Segundo ele, uma das razões desse paradoxo no Brasil seria a alta taxa de desemprego entre mulheres que concluíram o ensino médio. Essa taxa é bem superior ao mesmo índice de mulheres dos países ricos. Só se igualando ao Chile, Grécia, Luxemburgo e ao México. E as causas seriam diversas, variando da qualificação no ensino-aprendizado ao interesse do mercado em admitir trabalhadores com baixa titulações, para melhor se enquadrarem nos baixos salários.

Referências

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARENDT, H. *O que é política?* 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Editor. 2001

BRASIL. Presidência da República. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. 2004
Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004.

FILGUEIRAS, L., GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. v. 01.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. *A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido*. Educ. Soc., Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005 .

GIDDENS, A. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LUZ, Nanci Stancki. *Divisão sexual do trabalho e profissões científicas e tecnológicas no Brasil in Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola/org.*: Luz, N.S., Carvalho, M.G., Casagrande, L.S. Curitiba: UTFPR, 2009.

MORAES, E.L. *Construindo Identidades Sociais: Relação gênero e raça na política pública de qualificação social e profissional*. Coleção Qualificação social e profissional, v.1, Brasília: MTE, SPPE, DEQ, 2005.

NOGUEIRA, C.M. *A feminização do mundo do trabalho: Entre a emancipação e a precarização*. Campinas, Autores Associados, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2005. v.1.